



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS – SETOR DE CONCURSOS
23.º CONCURSO PÚBLICO

CARGO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

Nas questões de **1** a **100**, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

QUESTÃO 1

Acerca do concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- Por preceito penal, comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal (de natureza subjetiva), salvo quando elementares do crime.
- Para que as circunstâncias objetivas se comuniquem, é necessário que o partícipe delas tenha conhecimento.
- As circunstâncias objetivas se comunicam mesmo quando o partícipe delas não tenha conhecimento.
- As circunstâncias objetivas nunca se comunicam.

QUESTÃO 2

O nexo de causalidade entre a conduta e o resultado integra o fato típico. Há quem admita a existência de crime sem resultado nas hipóteses de todos os crimes

- plurissubjetivos.
- materiais.
- formais e de mera conduta.
- complexos.

QUESTÃO 3

Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, a reparação do dano ou a restituição da coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, permite

- conceder ao sentenciado benefício em sede de execução penal.
- facultar redução de pena.
- reconhecer circunstância atenuante genérica.
- reconhecer causa obrigatória de diminuição de pena, que pode ser reduzida de um a dois terços.

QUESTÃO 4

A coação moral irresistível é causa de

- exclusão da antijuridicidade.

- exclusão da culpabilidade.
- exclusão da tipicidade.
- diminuição especial da pena.

QUESTÃO 5

Julgue os itens seguintes.

- I - Delito omissivo próprio não admite a forma tentada.
- II - A imputabilidade penal começa aos vinte e um anos de idade.
- III - As regras do instituto da prescrição descritas no Código Penal (CP) são aplicáveis à Lei das Contravenções Penais e à Lei Antitóxico.
- IV - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, enquanto o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, exclui a culpabilidade.

A quantidade de itens certos é igual a :

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 6

Julgue os itens a seguir.

- I - A condenação irrecorrível a uma pena privativa de liberdade, pela prática de um crime culposos, implicará a automática revogação da suspensão condicional da pena daquele que estiver gozando o seu benefício.
- II - Em todos os crimes dolosos, praticados contra vítimas diferentes, em continuidade delitiva, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.
- III - A lei determina, sucessivamente, três etapas para o cálculo da pena privativa de liberdade: fixação da pena base; consideração de circunstâncias atenuantes e agravantes; aplicação de causas de diminuição e de aumento.
- IV - O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não poderá ser superior a trinta anos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 7

Acerca do estado de necessidade, assinale a opção **incorreta**.

- estado de necessidade justificante exclui a ilicitude do fato e possui previsão legal, tanto na parte geral como na parte especial do CP.
- estado de necessidade defensivo ocorre quando o ato necessário se dirige contra a coisa de que promana o

- perigo para o bem jurídico ofendido.
- estado de necessidade agressivo se verifica quando o ato necessário se dirige contra coisa diversa daquela de que promana o perigo para o bem jurídico.
 - Não é possível o reconhecimento de estado de necessidade recíproco.

QUESTÃO 8

A respeito do tema reincidência, assinale a opção **incorreta**.

- Não haverá reincidência se o agente, condenado definitivamente por uma contravenção penal, praticar um crime.
- Não haverá reincidência se o agente, condenado definitivamente por uma contravenção praticada no Brasil, cometer outra contravenção no Brasil.
- A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.
- A reincidência interrompe a prescrição.

QUESTÃO 9

Um indivíduo, notabilizado pela prática de furto de veículos, logo após ter furtado um deles, conduzia-o em alta velocidade em uma via pública quando, de forma culposa, acabou por atropelar e matar um transeunte. Relativamente à conduta delituosa, tem-se

- concurso material.
- concurso formal.
- C. crime continuado.
- D. crime progressivo.

QUESTÃO 10

Julgue os itens abaixo.

I - A embriaguez preordenada acha-se prevista no CP como circunstância atenuante.

II - A embriaguez acidental pode, conforme o caso, excluir a imputabilidade ou ensejar a diminuição da pena.

III - Se o sujeito cometer uma infração penal sob o efeito de embriaguez culposa, a culpabilidade ficará excluída.

IV - Tratando-se de embriaguez fortuita incompleta, na qual o agente, ao tempo do crime, não tivesse plena capacidade de entendimento, ao juiz será facultada a redução da pena de um a dois terços.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 11

Se Maria, agindo com *animus necandi* e utilizando-se de uma faca, produz em Antônio determinados ferimentos, apontados no exame de corpo de delito, e Antônio vem a falecer, não em razão das lesões

produzidas diretamente por Maria, mas em consequência de uma colisão envolvendo a ambulância que o transportava, a responsabilidade penal de Maria caracteriza-se como

- tentativa de homicídio.
- lesões corporais seguidas de morte.
- lesões corporais.
- homicídio doloso.

QUESTÃO 12

João foi denunciado pela prática de seguidos estupros e atentado violento ao pudor, tendo sido verificada nos autos sua inimputabilidade, bem como a veracidade da acusação formulada em juízo. João, como sanção penal,

- receberá uma pena reduzida de um a dois terços, podendo tal pena ser substituída por medida de segurança, conforme o sistema vicariante.
- receberá uma medida de segurança, consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
- receberá, além da pena relativa à prática do crime, uma medida de segurança.
- poderá receber uma medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial.

QUESTÃO 13

Quanto ao momento consumativo, à forma de ação, ao número de agentes e ao resultado, o crime de roubo pode ser classificado, respectivamente, como

- instantâneo, comissivo, plurissubjetivo e formal.
- permanente, comissivo, unissubjetivo e material.
- instantâneo, omissivo, plurissubjetivo e formal.
- instantâneo, comissivo, unissubjetivo e material.

QUESTÃO 14

Assinale a opção cujo enunciado **não** corresponde a entendimento jurisprudencial consagrado em súmulas de tribunais superiores.

- No crime de estupro praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada.
- Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.
- Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.

QUESTÃO 15

Julgue os itens que se seguem.

I - O roubo distingue-se da extorsão, pois no roubo a subtração da coisa é feita pelo agente, enquanto que na extorsão o apoderamento do objeto material depende da conduta da vítima.

II - A distinção entre roubo próprio e impróprio reside no momento em que o sujeito emprega a

violência ou grave ameaça contra a pessoa; no roubo impróprio, a violência ou grave ameaça é exercida após a subtração do objeto material para assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa, enquanto que, no roubo próprio, a violência ou grave ameaça é empregada de forma a permitir a subtração.

III - Tanto na extorsão como no constrangimento ilegal, o sujeito emprega violência ou grave ameaça contra a vítima, no sentido de que faça ou deixe de fazer alguma coisa. A diferença está em que, no constrangimento ilegal, o sujeito ativo deseja que a vítima se comporte de determinada maneira, sem pretender com isso obter indevida vantagem econômica. Na extorsão, ao contrário, o constrangimento é realizado com o objetivo expresso de obter indevida vantagem econômica.

IV - O furto mediante fraude distingue-se do estelionato pelo modo que é utilizado o meio fraudulento; no furto mediante fraude, o agente ilude a vigilância do ofendido, que, por isso, não tem conhecimento de que o objeto material está saindo da esfera de seu patrimônio e ingressando na disponibilidade do sujeito ativo. No estelionato, ao contrário, a fraude visa permitir que a vítima incida em erro. Por isso, voluntariamente o ofendido se despoja de seus bens, tendo consciência de que eles estão saindo de seu patrimônio e ingressando na esfera de disponibilidade do autor.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 16

Os requisitos exigidos para a tipificação do crime de associação para fins de tráfico de drogas incluem a existência de

- permanência, estabilidade, notoriedade e segurança dos membros associados.
- quatro co-autores que se conheçam e que tenham consciência de integrar a sociedade.
- várias pessoas que se associem de forma momentânea para a prática de diversos crimes.
- duas ou mais pessoas, acordo de parceiros, vínculo associativo e finalidade de traficar tóxicos.

QUESTÃO 17

Acerca das causas extintivas da punibilidade, assinale a opção **incorreta**.

- Sendo personalíssima a responsabilidade penal, a morte do agente faz que o Estado perca o direito punitivo, não se transmitindo aos herdeiros qualquer obrigação de natureza penal.
- Perdão é o ato unilateral pelo qual o ofendido ou seu representante legal, após iniciada a ação penal privada exclusiva e antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, desiste de seu prosseguimento.
- Perempção é a perda do direito de prosseguir na ação penal privada exclusiva já iniciada e não encerrada em face da inércia do querelante em promovê-la de forma adequada.
- Prescrição é a perda da pretensão punitiva ou executória do Estado em virtude do decurso de um determinado período de tempo sem o exercício efetivo do direito de punir.

QUESTÃO 18

Na prática de delitos de estupro e de atentado violento ao pudor, pode advir resultado qualificador. Assim, se for constatada lesão corporal de natureza grave ou se houver morte da vítima, haverá concurso material entre os crimes contra os costumes e contra a pessoa se

- estiver presente o dolo autônomo em relação à lesão corporal de natureza grave ou morte.

- existir nexo de causalidade entre a violência empregada pelo agente e o resultado.
- as condutas delituosas forem consideradas como hediondas.
- resultado não for procurado ou desejado pelo autor.

QUESTÃO 19

As penas classificadas como restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direito etc.) são consideradas como

- subsidiárias às penas privativas de liberdade.
- penas autônomas, substitutivas das penas privativas de liberdade.
- penas que só podem ser aplicadas se concedido o *sursis*.
- penas autônomas, aplicadas cumulativamente às privativas de liberdade.

QUESTÃO 20

Julgue os seguintes itens.

I - Para a existência do delito de receptação, é imprescindível que o fato anterior constitua crime. Sendo simples contravenção, a receptação será feito atípico.

II - Frente ao princípio da imunidade penal absolutória, será isento de pena o neto que cometer crime de roubo contra o avô.

III - No crime de corrupção passiva, haverá co-autoria entre o corrupto e o corruptor.

IV - Salvo disposição em contrário, a determinação ou instigação e o auxílio somente serão puníveis se o crime chegar, ao menos, a ser tentado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 21

Assinale a opção correta em relação à eficácia temporal da lei processual penal.

- Em razão do princípio da irretroatividade da lei mais severa, a norma processual penal propriamente dita só retroagirá quando beneficiar o réu.
- Caso não haja disposição em contrário, a norma processual penal propriamente dita terá aplicação imediata, independentemente de seu conteúdo.
- A norma processual penal propriamente dita terá aplicação imediata, ficando prejudicados os atos realizados sob a vigência de lei anterior.
- A norma processual penal propriamente dita terá efeito retroativo, com a aplicação dos princípios da temporalidade das leis penais.

QUESTÃO 22

Da decisão que concede a fiança cabe

- apelação.
- agravo.
- mandado de segurança.
- recurso em sentido estrito.

QUESTÃO 23

São requisitos mínimos para a sentença de pronúncia:

- certeza da autoria e prova da materialidade.
- indícios da materialidade e certeza da autoria.
- indícios de autoria e prova da existência do crime.
- indícios de autoria e indícios da materialidade.

QUESTÃO 24

Julgue os itens a seguir.

- I - O Ministério Público tem legitimidade para recorrer da decisão concessiva de *habeas corpus*.
- II - O assistente do Ministério Público pode recorrer da decisão concessiva de *habeas corpus*.
- III - O co-réu no mesmo processo pode intervir como assistente do Ministério Público.
- IV - A intervenção do assistente do Ministério Público pode-se dar a qualquer momento, a partir do inquérito policial até a sentença, desde que não haja ocorrido o trânsito em julgado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 25

Acerca do inquérito policial, julgue os itens abaixo.

- I - Arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, atendendo a requerimento do promotor de justiça, é possível retomar-se o curso das investigações, desde que surjam novas provas.
- II - É defeso à autoridade policial instaurar, de ofício, inquérito relativo a crime em que somente se procede mediante queixa.
- III - O membro do Ministério Público designado pelo procurador-geral para oferecer a denúncia não é obrigado a propor a ação penal, vez que goza de independência funcional.
- IV - A falta de nomeação de curador a indiciado menor de vinte e um anos e maior de dezoito anos acarreta a nulidade do processado ou da ação penal subsequente.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 26

Julgue os itens seguintes.

I - É vedado ao juiz, de ofício ou provocado, decretar a custódia logo após ter anulado o auto de prisão em flagrante delito.

II - No caso de crime hediondo, a prisão temporária terá o prazo improrrogável de trinta dias.

III - O prazo de prisão temporária não é computado naquele que deve ser respeitado na instrução criminal de processo contra réu preso.

IV - No período entre cinco dias antes e quarenta e oito horas depois da eleição, não é permitida a prisão de eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 27

Acerca do interrogatório do réu, julgue os itens que se seguem.

I - A presença do defensor é facultativa, já que ele não pode normalmente intervir nesse ato processual, razão por que a sua ausência não constitui nulidade no processo.

II - É ato personalíssimo, porque só o acusado pode ser interrogado, nada impedindo seja o ato realizado por meio de precatória, desde que não cause prejuízo ao acusado.

III - Quando da realização do ato, é direito do acusado silenciar-se, simplesmente.

IV - A lei não determina prazo para o interrogatório de réu preso, mas tal procedimento deve, entretanto, ser realizado o mais breve possível, conforme orientação jurisprudencial dominante.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 28

Caberá apelação da decisão

- que absolver sumariamente o acusado.
- que declarar extinta a punibilidade.
- que não receber a denúncia ou queixa.
- do tribunal do júri que contrariar manifestamente a prova dos autos.

QUESTÃO 29

Em relação às nulidades, assinale a opção correta.

- No processo de competência do tribunal do júri, as nulidades que se verificarem depois da pronúncia deverão

ser argüidas logo que seja anunciado o julgamento e apregoadas as partes.

- As nulidades da instrução criminal dos processos comuns devem ser argüidas após o término da inquirição das testemunhas, no fim da audiência.
- As nulidades da instrução criminal dos processos de competência do júri devem ser argüidas no prazo de contrariedade do libelo.
- As nulidades do julgamento em plenário devem ser argüidas, em segunda instância, por ocasião da sustentação oral.

QUESTÃO 30

Segundo o princípio da fungibilidade dos recursos,

- tanto o réu quanto seu advogado podem renunciar ou desistir do recurso interposto, sendo tal procedimento de caráter irrevogável.
- Ministério Público não pode desistir de recurso que haja interposto. Em caso de dúvida quanto a decisão *a quo*, deve prevalecer a posição *pro societate* assumida quando da interposição.
- salvo hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- promotor de justiça pode, em determinadas circunstâncias, interpor recurso em favor do réu.

QUESTÃO 31

Julgue os itens a seguir, relativos a aspectos testemunhais.

I - Senadores e deputados federais não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas no exercício da função.

II - A simples condição de policial que atuou no inquérito policial não torna a testemunha impedida ou suspeita.

III - O juiz, se julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas além das indicadas pelas partes.

IV - Surgindo dúvida sobre a identidade da testemunha, não ficará ela impedida de depor.

Assinale a opção correta.

- Apenas os itens I e III estão certos.
- Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 32

Acerca da prova no processo penal, assinale a opção **incorreta**.

- Pode o juiz, de ofício, determinar a produção de provas.
- Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto.
- A confissão do acusado constitui prova plena de sua culpabilidade.
- princípio da liberdade probatória não é absoluto.

QUESTÃO 33

Segundo preceitua a Lei n.º 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais), vencido o prazo da suspensão do processo, sem que haja revogação, deve o juiz

- declarar extinta a pena.
- declarar extinta a punibilidade.
- absolver o acusado.
- proceder ao interrogatório do acusado, determinando, de imediato, a colheita de provas.

QUESTÃO 34

Acerca da denúncia, julgue os seguintes itens.

- I - Não tem o juiz poderes para alterar a classificação do crime ao receber a denúncia. Só o *dominus litis* o pode fazer.
- II - A inépcia da denúncia só pode ser alegada enquanto não houver sentença de mérito.
- III - A inexistência de inquérito policial impede o oferecimento da denúncia.
- IV - As eventuais imperfeições da denúncia podem ser supridas a todo o tempo, antes da sentença.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 35

Quanto à sentença criminal, assinale a opção **incorreta**.

- Pode ser condenatória, ainda que o Ministério Público tenha requerido, em alegações finais, a absolvição do acusado.
- É nula quando, quer no relatório, quer na fundamentação, não faz qualquer referência à desclassificação do crime pleiteada pela defesa.
- É nula se prolatada por juiz que não presidiu a instrução criminal.
- Sentença absolutória imprópria é aquela em que o juiz absolve o acusado por ausência de imputabilidade, mas impõe medida de segurança.

QUESTÃO 36

À luz da Lei de Introdução ao Código Civil, julgue os itens abaixo.

- I - Para reger as obrigações, aplica-se a lei do país onde elas se constituíram.
- II - Quando a obrigação resulta de contrato, reputa-se constituída no lugar onde residir o proponente.
- III - A capacidade para suceder é regulada pela lei do domicílio do *de cujus*.

IV - As regras sobre o começo e o fim da personalidade são determinadas pela lei do país de nascimento da pessoa.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. III e IV
- C. I, II e III
- D. I, II e IV

QUESTÃO 37

Assinale a opção **incorreta**.

- A adoção é causa de extinção do pátrio poder.
- A sentença declaratória de interdição, mesmo sujeita a recurso, produz efeitos imediatos.
- A interdição do pródigo pode ser requerida pelo Ministério Público.
- A interdição por prodigalidade pode ser levantada pelo próprio pródigo.

QUESTÃO 38

Quanto ao processo falimentar, regido pelo Decreto-Lei n.º 7.661/45, julgue os itens seguintes.

I - As prestações alimentícias não podem ser reclamadas na falência.

II - A declaração de falência produz o vencimento antecipado das dívidas do falido, inclusive as obrigações sujeitas à condição suspensiva.

III - Suspende-se o curso da prescrição relativa às obrigações de responsabilidade do falido até o trânsito em julgado da sentença que declarar encerrada a falência.

IV - Da sentença que não declarar a falência cabe agravo de instrumento.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. I e III
- C. II e IV
- D. III e IV

QUESTÃO 39

Julgue os itens que se seguem.

I - O adimplemento é modo natural da extinção das obrigações.

II - A dação em pagamento caracteriza-se pela substituição da prestação devida, sem a anuência do credor.

III - A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, de coisas fungíveis e infungíveis.

IV - As coisas provenientes de comodato não podem ser objeto de compensação.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. I e III
- C. I e IV
- D. II, III e IV

QUESTÃO 40

Assinale a opção **incorreta**.

- A sucessão pode ocorrer por direito próprio, por direito de representação e por direito de transmissão.
- Para os que sucedem por direito próprio, a partilha pode ser por cabeça ou por linha.
- A indignidade é causa do direito de representação, que pode dar-se na linha reta descendente e na linha reta ascendente.
- A ação de petição de herança visa ao reconhecimento da qualidade sucessória do autor.

QUESTÃO 41

Assinale a opção **incorreta**.

- Sogra e nora são parentes afins em primeiro grau em linha reta.
- Os irmãos são parentes entre si em primeiro grau na linha colateral.
- É direito personalíssimo do marido a iniciativa de contestação da legitimidade dos filhos de sua mulher.
- Não se transmite aos herdeiros do devedor a obrigação de prestar alimentos, mas os descendentes estão obrigados a prestá-los em caso de impossibilidade ou falta de ascendentes.

QUESTÃO 42

Julgue os itens a seguir.

I - Os impedimentos impedientes têm como consequência a invalidade do casamento.

II - Os impedimentos dirimentes públicos não podem ser opostos pelo Ministério Público.

III - No regime da comunhão parcial de bens, comunicam-se as benfeitorias efetuadas em bens particulares de cada cônjuge.

IV - As doações feitas *propter nuptias* podem ser revogadas por ingratidão.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1
- B. 2
- C. 3
- D. 4

QUESTÃO 43

À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os seguintes itens.

- I - O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação de perda do pátrio poder.
- II - O Ministério Público possui atribuição para propor a remissão.
- III - A decretação da suspensão do pátrio poder pode ocorrer liminarmente.
- IV - O juiz pode reformar sua decisão antes de determinar a remessa dos autos da apelação ao juízo *ad quem*.

Estão certos apenas os itens

- I e II.
- I e III.
- II e IV.
- III e IV.

QUESTÃO 44

Assinale a opção **incorreta**.

- A lei que regula o direito dos companheiros a alimentos modificou a ordem de vocação hereditária prevista no Código Civil.
- excluído da sucessão não terá direito à administração dos bens que couberem a seus filhos na herança, porém terá direito à sucessão eventual desses bens.
- Até que se ultime a partilha, o direito dos herdeiros quanto à posse e ao domínio dos bens é indivisível.
- Não será nulo o testamento por haver o testador disposto de bens que excedam a metade disponível.

QUESTÃO 45

Assinale a opção **incorreta**.

- A irresponsabilidade do possuidor de boa-fé pela perda ou deterioração da coisa, se para tanto não houver dado causa, é efeito da posse.
- constituto possessório é forma voluntária de perda da posse.
- possuidor de má-fé só responde pela deterioração da coisa, se lhe houver dado causa.
- A acessão é modo originário de aquisição da propriedade imobiliária.

QUESTÃO 46

À luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção **incorreta**.

- CDC instituiu a responsabilidade civil sem culpa tanto para fabricantes, construtores e importadores quanto para fornecedores de serviços por danos causados a consumidores.
- Não é admitida a denunciação da lide na ação demandada contra o fornecedor comerciante.
- Exceto se o pedido tiver sido julgado improcedente por insuficiência de provas, a sentença proferida na ação coletiva terá eficácia *erga omnes*.
- A aplicação de multa ao fornecedor exime o infrator do pagamento de perdas e danos ao consumidor.

QUESTÃO 47

Assinale a opção correta.

- A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga, mas modifica a lei anterior.
- São princípios relativos à aplicação da lei no tempo: o da continuidade, o da obrigatoriedade e o da irretroatividade.
- Salvo convenção das partes, só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- Tendo os nubentes domicílio diverso, rege os casos de validade do matrimônio a lei do domicílio da mulher.

QUESTÃO 48

Julgue os itens abaixo.

I - O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) só são obrigatórios para atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

II - As infrações ambientais são apuradas em procedimento administrativo próprio, dispensado o contraditório.

III - Resguardada a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o governo brasileiro prestará, no que concerne ao ambiente, a necessária cooperação a outro país na produção de prova, quando solicitado, desde que o ônus seja suportado pelo solicitante.

IV - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular para anular ato lesivo ao ambiente.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. I e IV
- C. II e III
- D. III e IV

QUESTÃO 49

Julgue os itens seguintes.

I - Espaços territoriais ambientalmente protegidos, como parques e reservas ecológicas, poderão ser criados, alterados ou suprimidos por decreto, vedada qualquer utilização que comprometa os atributos justificadores de sua proteção.

II - A reparação de danos ambientais rege-se pela responsabilidade objetiva.

III - Ambiente artificial é aquele oriundo da recuperação pelo homem, e não pela natureza, de um ecossistema degradado.

IV - Todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, impondo-se como dever exclusivo do poder público o encargo de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 50

Julgue os itens que se seguem.

- I - São espécies de parcelamento do solo urbano: desmembramento e loteamento.
- II - Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica assim definida em plano diretor ou aprovada por lei estadual.
- III - O projeto de loteamento aprovado por prefeitura municipal ou pelo Distrito Federal deverá ser executado no prazo constante do cronograma de execução, sob pena de caducidade.
- IV - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta.

- Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública e ação popular, admitindo-se litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- Cabe ação civil pública para pedir a reparação de danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.
- Somente o Ministério Público pode tomar dos responsáveis compromisso de ajustamento de conduta com eficácia de título executivo extrajudicial, mediante cominações para a reparação de danos causados a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.
- Compete ao juiz estadual, nas comarcas que não sejam sede de vara da justiça federal, processar e julgar ação civil pública, salvo se a União figurar no processo.

QUESTÃO 52

Assinale a opção correta.

- inquérito civil poderá ser instaurado pelo Ministério Público, pela União, pelos estados e pelos municípios.
- A promoção de arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação por órgão de execução do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) deverá ser, obrigatoriamente, remetida ao Conselho Superior da instituição.
- Para instruir o inquérito civil, o promotor de justiça do Distrito Federal poderá notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, em caso de ausência injustificada.
- No inquérito civil, a ampla defesa e o contraditório deverão ser observados, como garantias constitucionais do investigado.

QUESTÃO 53

Julgue os itens a seguir.

I - Nas ações civis públicas, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, estendendo-se seus efeitos inclusive para fora dos limites da competência territorial do órgão prolator, salvo se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

II - Nas ações civis públicas em que não atuar como parte, o Ministério Público oficiará necessariamente como fiscal da lei.

III - Na concepção do CDC, interesses difusos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, em que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstância de fato.

IV - Em caso de procedência do pedido, nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, a condenação deverá ser genérica.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. I e III
- C. II e IV
- D. III e IV

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta.

- São princípios informativos do processo: contraditório, duplo grau de jurisdição, oralidade e da verdade real.
- São de competência exclusiva da justiça brasileira ações que versem sobre obrigações que devam ser cumpridas no Brasil.
- A desistência da ação só produz efeito após a homologação judicial.
- Sentença que põe fim ao processo sem a resolução do mérito é considerada definitiva.

QUESTÃO 55

Assinale a opção **incorreta**.

- litisconsórcio necessário deriva da lei ou da natureza da relação jurídica.
- A oposição (intervenção de terceiros) visa à exclusão de uma ou de ambas as partes litigantes.
- A denunciação da lide importa no chamamento da pessoa que deve garantir ou indenizar a parte sucumbente.
- assistente não será considerado gestor de negócios do assistido revel.

QUESTÃO 56

Julgue os seguintes itens.

I - Na cumulação subsidiária (eventual), não se exige compatibilidade entre os pedidos.

II - Para a admissão de cumulação efetiva, não é necessário haver conciliação entre os pedidos.

III - É inadmissível a cumulação de processos diferentes.

IV - Não é possível a modificação do pedido após a citação do réu.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. I e III
- C. II e IV
- D. III e IV

QUESTÃO 57

Assinale a opção correta.

- juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo em, no máximo, dez litisconsortes, quando o número excessivo de litigantes comprometer a rápida solução do litígio.
- pedido de limitação de litisconsortes facultativos pelo réu não interrompe o prazo para contestação.
- É obrigatória a intimação de todos os litisconsortes, dos atos processuais.
- No litisconsórcio facultativo, as decisões devem ser diversificadas para cada litisconsorte.

QUESTÃO 58

Julgue os itens abaixo.

I - Não é permitido ao réu reconvinte requerer antecipação de tutela.

II - Alegação de ilegitimidade de parte constitui defesa peremptória.

III - Com a extinção da ação, resta fulminada a reconvenção.

IV - Na exceção de incompetência, a falta de indicação do juízo para o qual declina o excipiente é causa de indeferimento liminar por inépcia da petição.

Estão certos apenas os itens

- A. I e III
- B. I e IV
- C. II e III
- D. II e IV

QUESTÃO 59

Julgue os itens seguintes.

I - Pela prática de crime comum, membro do MPDFT será julgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

II - O uso das vestes talares é prerrogativa renunciável do membro do MPDFT.

III - O membro do MPDFT, acusado em processo disciplinar, pode ser afastado preventivamente de suas funções, por determinação do Conselho Superior do MPDFT.

IV - Compete às Câmaras de Coordenação e Revisão do MPDFT decidir em primeira instância os conflitos de atribuições entre os órgãos do MPDFT.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. II e III
- C. I e IV
- D. III e IV

QUESTÃO 60

Assinale a opção **incorreta**.

- Na apelação contra indeferimento liminar de petição inicial, cabe juízo de retratação.
- Da decisão que indefere liminarmente o agravo de instrumento, cabe recurso de agravo.
- A decisão judicial que releva a deserção do apelante é recorrível.
- Não pode ser recebida no efeito suspensivo a apelação, quando interposta de sentença que condenou à prestação de alimentos.

QUESTÃO 61

Assinale a opção **incorreta** acerca da arbitragem.

- As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem (Lei n.º 9.307/96) para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.
- As partes podem convencionar as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem.
- árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que ele proferir ficará sujeita a recurso pelo Poder Judiciário.
- As partes poderão estipular prazo para o proferimento da sentença arbitral.

QUESTÃO 62

Assinale a opção **incorreta**.

- No processo de justificação, não é admissível defesa nem recurso e na sentença o juiz não se pronunciará sobre o mérito da prova.
- chefe do Ministério Público será sempre ouvido nos processos de uniformização da jurisprudência.
- Os atos judiciais em que a sentença for meramente homologatória podem ser rescindidos, como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil.
- A ação rescisória suspende a execução da sentença rescindenda.

QUESTÃO 63

Assinale a opção **incorreta**.

- A admissibilidade dos embargos infringentes é apreciada pelo relator do acórdão embargado.

- Serão julgados em recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal (STF) os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais regionais federais ou pelos tribunais dos estados e do Distrito Federal, quando denegatória a decisão.
- instrumento de transação referendado pelo Ministério Público constitui título executivo extrajudicial.
- recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência dos litisconsortes, desistir do recurso.

QUESTÃO 64

Julgue os itens que se seguem.

I - A impenhorabilidade do bem de família é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido por obrigação decorrente de aval.

II - O novo casamento do cônjuge devedor da pensão extingue o direito do cônjuge credor.

III - É incabível reconvenção na ação de conversão de separação judicial em divórcio.

IV - A sentença que julgar a separação judicial produzirá seus efeitos à data de seu trânsito em julgado ou à da decisão que tiver concedido a separação cautelar; mas a sentença definitiva do divórcio produzirá efeitos depois de registrada no registro público competente.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. I e III
- C. II e IV
- D. III e IV

QUESTÃO 65

A luz da Lei n.º 9.099/95, assinale a opção **incorreta**.

- Nos juizados especiais cíveis, o pedido pode ser apresentado oralmente, podendo, ainda, ser genérico.
- A citação poderá ser efetuada por correspondência, por oficial de justiça e por edital.
- A revelia importa confissão ficta, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.
- A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, salvo os casos de litigância de má-fé.

QUESTÃO 66

Assinale a opção correta.

- Na execução fundada em título judicial, os embargos não podem versar sobre impedimento do juiz da execução.
- Na execução por carta, os embargos, posto que oferecidos no juízo deprecado, serão julgados sempre no juízo deprecante.
- Na execução contra a fazenda pública, se o credor for preterido no seu direito de preferência quanto ao recebimento do crédito, depois do ordenamento de seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito, será ouvido o Ministério Público.
- No processo de execução, incumbe ao devedor atribuir valor aos bens nomeados à penhora.

QUESTÃO 67

Em face da Lei n.º 9.099/95, julgue os itens a seguir.

- I - No processo de execução, não existindo bens penhoráveis, extingue-se o processo.
- II - Ainda que genérico o pedido, não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida.
- III - A conciliação reduzida a escrito pode ser homologada pelo juiz togado ou leigo.
- IV - A apresentação de documentos por uma das partes dá ensejo à interrupção da audiência.

Estão certos apenas os itens

- A. I e II
- B. I e III
- C. II e IV
- D. III e IV

QUESTÃO 68

Julgue os seguintes itens.

- I - Na impugnação da sentença por erro de procedimento, o tribunal poderá reformar total ou parcialmente a decisão recorrida.
- II - Se o acórdão rescinde a decisão recorrida, este a suprime, sem substituí-la.
- III - A penhora realizada validamente é passível de sofrer modificações, salvo as qualitativas.
- IV - A fazenda pública goza do prazo em quádruplo para reconvir.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1
- B. 2
- C. 3
- D. 4

QUESTÃO 69

No tocante ao processo de execução, julgue os itens abaixo.

- I - Na ação de execução por quantia certa em face do devedor insolvente, os bens do executado são apreendidos por meio da penhora.
- II - O executado é legitimado para remir os bens alienados ou adjudicados.
- III - A penhora gera para o credor o direito de preferência no recebimento do produto da alienação dos bens, salvo se insolvente o devedor.
- IV - São impenhoráveis os bens gravados com penhor e anticrese.

A quantidade de itens certos é igual a

- A. 1 B. 2 C. 3 D. 4

QUESTÃO 70

Julgue os itens seguintes.

- I - Nas ações de estado, é incabível a citação por via postal.
- II - Da decisão que julga os embargos oferecidos em ação monitória cabe recurso de apelação, recebido apenas no efeito devolutivo.
- III - O pedido do autor na ação rescisória pode abranger duas pretensões: o juízo rescindendo e o juízo rescisório.
- IV - Na ação monitória lastreada em letra de câmbio sem eficácia executiva, é dispensada a exposição da causa da dívida.

Estão certos apenas os itens

- A. I e III
B. I e IV
C. II e III
D. III e IV

QUESTÃO 71

No âmbito da disciplina da democracia direta,

- compete ao presidente da República, ouvido o Congresso Nacional, autorizar o referendo.
- a convocação de plebiscito é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- desmembramento de municípios depende de referendo das populações envolvidas.
- a incorporação de estados entre si depende de plebiscito nacional e de emenda constitucional.

QUESTÃO 72

Os territórios federais

- não integram a União.
- gozam de autonomia constitucional.
- possuem governador nomeado pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal.
- não podem possuir câmara territorial, muito embora possuam câmaras de vereadores quando divididos em municípios.

QUESTÃO 73

A Câmara Legislativa do Distrito Federal é composta por vinte e quatro deputados distritais por determinação

- constitucional de que o número de deputados distritais seja o triplo do de deputados federais do Distrito Federal.
- constitucional de que o número de deputados distritais seja oito vezes o número de senadores do Distrito Federal.
- constitucional de que o número de deputados distritais seja 1/27 (um vinte e sete avos) do número de deputados federais do Brasil todo.
- da Lei Orgânica do Distrito Federal.

QUESTÃO 74

A menor representação no Congresso Nacional prevista na CF é a

- do Distrito Federal, com oito deputados federais e três senadores.
- de um território federal, com oito deputados federais e um senador.
- de um território federal, com quatro deputados federais e um senador.
- de um território federal, com quatro deputados federais, apenas.

QUESTÃO 75

A CF **não** permite delegação legislativa para a elaboração de lei

- estadual.
- de diretrizes orçamentárias.
- processual.
- tributária.

QUESTÃO 76

A CF prevê a existência, no âmbito do Poder Legislativo federal, de comissões. Entretanto, **não** há expressa previsão constitucional de comissão

- mista de orçamento.
- parlamentar de inquérito.
- representativa do Congresso Nacional.
- de Constituição e Justiça.

QUESTÃO 77

A CF prevê a existência, no âmbito do Poder Executivo federal, de ministros de Estado. Entretanto, **não** há expressa previsão constitucional de ministro

- da Educação.
- da Justiça.
- do Planejamento.
- das Relações Exteriores.

QUESTÃO 78

O procurador-geral da República

- tem de ser brasileiro nato.
- deve ser prévia e necessariamente ouvido apenas nos processos de competência originária do STF.
- participa em todos os casos de intervenção federal.
- pode receber do presidente da República delegação de competência presidencial privativa.

QUESTÃO 79

Nos termos da CF, depende de aprovação por dois quintos dos membros do Congresso Nacional a

- edição de decreto legislativo.
- não-renovação de concessão de serviço de radiodifusão.
- convocação extraordinária do Congresso Nacional.
- convocação de ministro de Estado para prestar informações.

QUESTÃO 80

A Constituição Federal

- condiciona a extradição, a expulsão e a deportação a decisão do STF.
- condiciona a extradição e o banimento a decisão do STF.
- veda a extradição e o banimento de brasileiros natos, mas permite sua expulsão e sua deportação.
- admite a extradição de brasileiros.

QUESTÃO 81

A CF disciplina os requisitos necessários para a iniciativa popular de

- lei federal, apenas.
- leis federal e estadual, apenas.
- leis federal, estadual e municipal.
- leis federal e municipal, apenas.

QUESTÃO 82

Os partidos políticos

- não podem possuir mais de 30% do capital social com direito a voto em empresa jornalística.
- podem adquirir bens no comércio a preços inferiores porque gozam de imunidade tributária quanto ao imposto de importação e ao ICMS.
- não podem propor ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- adquirem personalidade jurídica com o registro no Tribunal Superior Eleitoral.

QUESTÃO 83

Se um suplente de deputado federal cometer crime de peculato dois dias depois da sua posse na Câmara dos Deputados, com o retorno do deputado federal titular tem-se que a ação penal

- permanecerá sendo da competência do STF, condicionada à autorização da Câmara dos Deputados.
- permanecerá sendo da competência do STF, dispensada a autorização da Câmara dos Deputados.
- perderá o privilégio do foro do STF.
- permanecerá no STF somente se a denúncia já tiver sido recebida em respeito ao princípio da perpetuação da jurisdição.

QUESTÃO 84

O orçamento da seguridade social

- está compreendido na lei orçamentária federal, junto com o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas da União.
- somente estima receita e prevê a despesa da previdência social federal.
- estima a receita e prevê a despesa em saúde, educação e assistência social.
- é elaborado de forma idêntica ao orçamento fiscal.

QUESTÃO 85

A guerra externa

- é inconstitucional, porque a solução pacífica dos conflitos é princípio fundamental da CF.
- é causa para impostos extraordinários, empréstimos compulsórios e créditos extraordinários.
- só pode ser declarada pelo presidente da República quando previamente autorizado pelo Congresso Nacional.
- é declarada pelo presidente da República com autorização prévia ou referendo do Senado Federal e do Conselho de Defesa Nacional.

QUESTÃO 86

Como a CF (art. 5.º, inciso XXXV) estabelece que a lei não pode excluir da apreciação judicial qualquer lesão ou ameaça de direito, o controle judicial dos atos da administração abrange

- indiscriminadamente todos os atos administrativos.
- somente os atos vinculados.
- somente os atos administrativos já examinados em todas as instâncias recursais administrativas.
- os atos vinculados e os atos discricionários, estes quanto à competência, à finalidade, à forma e aos limites dessa discricionariedade.

QUESTÃO 87

Os estacionamentos localizados nas ruas públicas cujo uso enseje pagamento à administração pública constituem

- bem de uso comum do povo.

- bem de uso especial.
- bem de natureza dominial.
- servidão administrativa.

QUESTÃO 88

A administração pública pode anular ou revogar seus próprios atos

- porque eles não produzem nenhum direito.
- somente nos casos de nulidade porque geram direito.
- quando geram direitos a partir do desfazimento do ato.
- quando, no caso de revogação, respeitarem-se os direitos adquiridos, ressalvando-se, tanto na anulação como na revogação, a apreciação judicial.

QUESTÃO 89

Na hipótese de somente haver um participante em uma licitação pública, a administração

- poderá torná-la sem efeito e realizar outra.
- terá, necessariamente, de adjudicar o serviço ao único participante.
- poderá prorrogar o prazo de entrega das propostas.
- poderá comparar os preços ofertados com os praticados no mercado e impor ao participante o preço médio.

QUESTÃO 90

No caso de uma demarcatória de terras indígenas, o interessado pode recorrer ao mandado de segurança para

- contestar a presença de índios no local.
- discutir os limites da área demarcada.
- alegar a inobservância do princípio do devido processo legal ou dos requisitos formais no procedimento administrativo.
- reclamar a indenização de benfeitorias de boa-fé.

QUESTÃO 91

No caso de a administração resolver colocar em disponibilidade alguns servidores de certa carreira de um ministério, eles poderão ser aproveitados em outro setor da administração pública

- mediante concurso interno.
- mediante aproveitamento, independentemente de compatibilidade entre as atribuições dos cargos e o nível dos servidores aproveitados.
- mediante aproveitamento, desde que as atribuições e o nível técnico sejam similares aos dos cargos extintos.
- somente e exclusivamente após a realização de novo concurso público de provas ou de provas e títulos.

QUESTÃO 92

Em um contrato tipicamente administrativo, a administração pública

- terá de recorrer ao Poder Judiciário para proceder à sua anulação.
- só poderá rescindi-lo mediante comum acordo com o particular.
- poderá recorrer à arbitragem para desfazê-lo.
- poderá rescindir unilateralmente o ajuste ilegal, desde que se dê ao contratado oportunidade de defesa e que fique devidamente caracterizada essa ilegalidade.

QUESTÃO 93

Na desapropriação por necessidade ou utilidade pública, o estado federado poderá desapropriar

- somente bens de particulares.
- todo e qualquer bem.
- bens dos municípios incluídos dentro de seu território e bens de particulares.
- inclusive bens da União e de outros estados da federação.

QUESTÃO 94

No caso de fraude praticada por escrevente de cartório de notas, o interessado poderá

- demandar inclusive o Estado, por tratar-se de ato de agente delegado e em face da responsabilidade objetiva da administração.
- pedir indenização somente ao titular do cartório de notas.
- demandar somente contra o titular do cartório e contra o serventuário.
- demandar somente contra o outro contratante.

QUESTÃO 95

Da independência das instâncias administrativas, civil e criminal, resulta que

- funcionário poderá sempre ser punido em qualquer dessas esferas sem a preocupação de se esperar o resultado de qualquer outra instância.
- a absolvição criminal somente afasta a responsabilização administrativa quando ficar comprovada a inexistência do fato ou a não-autoria imputada ao funcionário.
- a absolvição por falta de provas, na esfera criminal, necessariamente terá reflexo no processo administrativo.
- a absolvição por falta de provas, no processo criminal, somente terá reflexo na esfera civil.

QUESTÃO 96

Concedida a licença para a construção de um determinado prédio, na hipótese de desapropriação ulterior o

- titular do empreendimento terá direito a indenização total para ressarcir todos os prejuízos sofridos.
- valor da obra não se incluirá na indenização, quando a desapropriação for efetivada.
- valor real do prejuízo será apurado em execução de sentença.
- titular do empreendimento somente terá direito aos gastos feitos com o licenciamento.

QUESTÃO 97

A autarquia, na organização administrativa, faz parte

- da administração direta.
- do setor privado da administração.
- de um corpo à parte da administração.
- da administração indireta.

QUESTÃO 98

No caso de prestação continuada, por exemplo, de vencimentos, proventos ou pensões, a prescrição

- atinge, inclusive, o ato de que decorre o direito postulado.
- não ocorre quando o ato que gerou o direito postulado é nulo.
- somente começa a correr depois da citação inicial em uma demanda.
- não atinge o ato gerador do direito postulado, mas retroage, alcançando, no prazo legal, as prestações compreendidas no prazo de sua ocorrência.

QUESTÃO 99

A ação de improbidade de que trata a Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992,

- decorre particularmente dos princípios da legalidade e da moralidade que devem nortear as ações da administração pública.
- somente pode dirigir-se contra o servidor público estatutário.
- abrange exclusivamente os atos de chefia na administração direta.
- objetiva apenas a decretação da perda do cargo do servidor público infrator.

QUESTÃO 100

A reclamação administrativa, nos termos do Decreto n.º 20.910, de 6 de janeiro de 1932, suspende a prescrição

- em todas as hipóteses.
- apenas nas hipóteses de vencimentos, proventos ou pensões.
- enquanto ela estiver pendente de decisão e desde que seu objeto seja a apuração de dívida da fazenda pública para com o particular.
- somente em relação a obrigações de natureza privada da administração pública.